



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0000384-84.2018.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **LUCIENE DE FATIMA TAVARES RODRIGUES**  
 Requerido: **LEANDRO APARECIDO PESSINI ME- LEANDRO AUTOMÓVEIS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Luciene de Fatima Tavares move ação de indenização por danos materiais contra Leandro Aparecido Pessini ME- Leandro Automóveis. Alega que adquiriu do réu no dia 05/10/2017 um veículo Fiat/Palio ELX, cor azul, gasolina, de placa COR 0570. Na negociação, aduz que ficou acordado entre as partes que seria entregue um Corcel II, na cor verde, avaliado em R\$ 1.500,00, sendo que restariam pendentes ainda 48 parcelas de R\$ 399,43. Todavia, sustenta a autora que logo na primeira semana, após a aquisição do veículo, esse já apresentou problema na correia dentada, peça que atua no motor. Contatando o réu sobre o ocorrido, foi acionado o guincho que conduziu o Palio até a mecânica, enquanto foi disponibilizado para a autora outro veículo até que seu problema fosse resolvido. Passada uma semana, o carro foi devolvido, no entanto foi constatado outro problema: o carro perdia força nas subidas. Novamente foi levado ao mecânico, que agora identificou que o carro perdia sua potencia porque estava fora do ponto, além de que o bico também estava quebrado. Os problemas persistiram bem como se agravaram, de modo que a autora precisou levar em três mecânicas diferentes, de sua confiança, as quais concluíram que o motor estava na iminência de fundir. O réu tomando ciência de todo o ocorrido, ainda sim se negou a resolver o problema amigavelmente. Nessas circunstâncias,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

a autora requer que seja julgada procedente a presente ação, com o fim de condenar o réu ao pagamento da quantia de R\$ 5.850,00 a título de danos materiais.

Em contestação (fls. 19/23), o réu alega preliminarmente a incompetência Absoluta do Juizado Especial Cível, vez que o presente caso demanda a necessidade de realização de prova pericial. No mérito, contraria as alegações da autora afirmando que o veículo, apesar de ser antigo, estava em bom estado de uso, e que se ele veio a apresentar problemas posteriores à venda, foi consequência do mau uso dos novos proprietários. Ademais, infere que não se negou a prestar assistência para autora nos primeiros problemas que surgiram, pelo contrário, ainda disponibilizou-se caso houvesse algum outro, vez que o veículo ainda estava no período garantia. No entanto, sustenta que a autora não procedeu dessa forma, sendo que ela procurou outros profissionais que lhe prestaram informações incorretas.

Oferece ainda pedido contraposto no qual o aponta que o marido da autora, Sr. Júlio Rodrigues, não realizou o reconhecimento de firma no recibo do veículo Corcel II que foi dado de entrada na negociação. Sob tais fundamentos, requer a) que seja deferido o pedido de aditamento da petição inicial para que o marido da autora figure o polo ativo desta ação; b) que seja julgado totalmente improcedente o pedido da autora, e que seja julgado totalmente procedente o pedido contraposto, determinando ao Sr. Júlio Rodrigues que proceda a assinatura ou o reconhecimento de firma no documento de transferência do veículo, e que em caso de recalcitrância, que seja determinado ao CIRETRAN que proceda a transferência da propriedade do veículo.

Em audiência (fls. 30), a tentativa de conciliação resultou infrutífera.

Houve réplica (fls. 35/36).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Despacho (fl. 37). Foi determinado que a preliminar arguida pelo réu seria apreciada ao final e foi designada audiência de instrução e julgamento.

Em audiência, foram ouvidas as testemunhas arroladas (fls. 56/58) e ainda houve a composição amigável de Júlio Rodrigues, marido da autora e terceiro interveniente, em relação ao pedido contraposto do réu Leandro Aparecido Pessini ME (fls. 50/51).

É o relatório. Decido

Observo, inicialmente, que remanesce para julgamento somente o pedido indenizatório, ante a composição parcial realizada em audiência, fls. 50/51.

Fica afastada a preliminar de incompetência absoluta do Juizado Especial, vez que a prova testemunhal, no presente caso, mostrava-se suficiente para a solução dos pontos fáticos controvertidos.

Se em parte os fatos não foram completamente esclarecidos, isso se deve não à necessidade de prova pericial e sim à circunstância de as partes não terem arrolado como testemunhas pessoas que, na hipótese em comento, certamente trariam ao convencimento judicial todos os elementos necessários, quais sejam: o mecânico Adão referido pela autora às fls. 52/53, e o mecânico contratado pelo réu para examinar e consertar o carro, citado pelo réu às fls. 54/55 e pela testemunha arrolada pelo réus às fls. 57/58.

Cabe dizer que ações com temática semelhante a aqui tratada são costumeiramente movidas e julgadas no juizado especial cível, sem prova pericial, sempre se resolvendo a lide com base em depoimentos e, muitas vezes, dos mecânicos que tiveram contato ou consertaram o veículo objeto das lides.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

No tocante ao mérito, vale ressaltar que não houve inversão do *onus probandi*, de maneira que incumbia à autora provar os fatos constitutivos de seu direito.

Entendo que a autora desincumbiu-se desse ônus.

Com efeito, o conjunto probatório apresentado foi satisfatório no sentido de evidenciar a existência de vício no motor do veículo, no prazo da garantia expressamente concedida conforme documento de fl. 8.

Em primeiro lugar, o depoimento de fl. 56 confirmou que realmente o veículo veio a fundir após a propositura da ação, o que, segundo regras de experiência e por dedução lógica, confirma a alegação da autora no sentido de que desde antes referido motor estava "fundindo".

Em segundo lugar, o mesmo depoente relatou que desde quando começou a dirigir o veículo, que lhe foi emprestado pela autora desde o começo, percebeu que o veículo tinha um barulho estranho, e não tinha força para subir.

Há, portanto, prova suficiente do fato constitutivo do direito da autora, qual seja, o vício de qualidade manifestado pelo automóvel, em peça que é alcançada pela garantia expressamente concedida, a despeito de o automóvel ser seminovo.

Nesse cenário, competia ao réu comprovar fato impeditivo do direito da autora que, no caso, seria a alegação de mau uso (por exemplo o 'tranco' mencionado pelo réu de no depoimento de fls. 57/58).

Não se desincumbiu o réu, porém, da referida prova.

Há menções nesse sentido em depoimento pessoal do réu e da testemunha ouvida às fls. 57/58. Todavia, lidas essas declarações, verificamos que são simples repetições do que teria sido afirmado pelo mecânico que consertou o veículo. Ora, são



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

depoimentos indiretos e frágeis, porque tanto o réu como a testemunha mencionada não tiveram contato direto com as peças do automóvel e o motor, não tendo condições de afirmar exatamente o que, no caso concreto, pode levar à conclusão de que o vício decorreu do mau uso.

Como já exposto anteriormente, deveria o réu ter arrolado, como testemunha, o mecânico que seria a origem dessa alegação de mau uso, o que, aí sim, permitiria eventual prova desse fato não comprovado com a necessária segurança.

O réu é responsável, portanto, perante a autora.

Referente à extensão dos prejuízos, a inicial está instruída com três diferentes orçamentos sendo que o menor deles aponta o valor de R\$ 5.850,00 (fl. 12), adequando-se, pois, à jurisprudência pátria.

Posto isto, julgo PROCEDENTE a presente ação para condenar o réu Leandro Aparecido Pessini ME- Leandro Automóveis ao pagamento da quantia de R\$ 5.850,00 para a autora Luciene de Fatima Tavares, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde a propositura da ação, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau (art. 55, L. 9099/95).

P.I.

São Carlos, 02 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**